



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

THAYANE CRISTINA DA SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
PARA A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NAS
ESCOLAS**

RECIFE, 2025

THAYANE CRISTINA DA SILVA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
PARA A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NAS ESCOLAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Geografia da Universidade
Federal de Pernambuco.

Orientador: Prof. Dr. Fredson Pereira da Silva

RECIFE, 2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Thayane Cristina da .

Educação ambiental e agroecologia: desafios e possibilidades para a formação de uma consciência socioambiental nas escolas / Thayane Cristina da Silva. - Recife, 2025.

43 : il.

Orientador(a): Fredson Pereira da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Licenciatura, 2025.

Inclui referências.

1. Agroecologia . 2. Educação Ambiental . 3. Geografia socioambiental . 4. Sustentabilidade . I. Silva , Fredson Pereira da . (Orientação). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

THAYANE CRISTINA DA SILVA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGROECOLOGIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES
PARA A FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NAS
ESCOLAS**

Trabalho de conclusão apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em Geografia da Universidade
Federal de Pernambuco.

Prof. Dr. Fredson Pereira da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco- UFPE

Prof. Dra. Ana Caroline Damasceno Souza de Sá (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco- UFPE

Prof. Me. Danilo Diego de Souza (Examinador Externo)
Secretaria de Educação de Pernambuco - SEE

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Nossa Senhora da Conceição, por serem minha força diária, sustentando minha fé e iluminando meus passos mesmo nos momentos mais desafiadores. Sem essa presença espiritual, nada disso seria possível.

Ao meu orientador, Dr. Prof. Fredson Pereira, que acreditou no meu potencial e me deu a honra de desenvolver e compartilhar uma pesquisa ao seu lado. Sua dedicação, paciência, incentivo e generosidade foram fundamentais para que este trabalho se tornasse realidade. Sua postura como educador e pesquisador é inspiração para minha caminhada acadêmica e profissional.

À minha família, meu alicerce, em especial à minha mãe e à minha irmã, pelo acolhimento, apoio incondicional e por sempre acreditarem nos meus sonhos. Vocês me ensinaram que, com amor e perseverança, podemos ir além.

Às amigas que a universidade me deu e que levarei para a vida. Em especial, à Maria Clara, pela parceria, apoio e dedicação ao longo desses quatro anos, tornando essa jornada mais leve e significativa.

À minha amiga e mestra Emely Melo, com quem a Agroecologia me aproximou. Sua amizade, conhecimento e inspiração ampliaram meus horizontes e reforçaram minha paixão pela temática.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta conquista, meu mais sincero muito obrigada.

FRASE

Ter fé é assinar uma folha em branco e deixar que Deus escreva nela o que quiser

Santo Agostinho

RESUMO

Em busca de constituir novos aprendizados, diante do agravamento das crises ambientais e sociais que assolam o planeta, como o desmatamento, as mudanças climáticas, a contaminação de recursos naturais e o aumento das desigualdades, torna-se evidente que o modelo de desenvolvimento baseado na exploração desenfreada da natureza e na lógica do lucro a qualquer custo está em colapso. Essa realidade exige não apenas ajustes pontuais, mas uma mudança profunda na forma como nos relacionamos com o meio ambiente, com a coletividade e com os processos de produção e consumo. Nesse cenário, a educação ambiental se destaca como uma ferramenta estratégica e transformadora, pois vai além da simples transmissão de conhecimentos, ela propõe à reflexão crítica, ao reconhecimento dos conflitos socioambientais e à busca por práticas sustentáveis.

O presente trabalho traz como objetivo geral analisar as possibilidades e os desafios da inserção da Agroecologia como prática pedagógica no âmbito da Educação Ambiental nas escolas, visando à formação de uma consciência socioambiental crítica. Para isso, buscou-se compreender os fundamentos teóricos de ambas as áreas, identificar diretrizes e políticas públicas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e refletir sobre as principais dificuldades pedagógicas no processo de implementação. A metodologia adotada foi qualitativa, com caráter exploratório e documental, ancorada em autores como Gil (2008), Minayo (2015) e Bardin (2016), e utilizou como base documentos oficiais, relatos de experiências e estudos de caso.

As análises revelaram que práticas como hortas escolares e compostagem possibilitam integrar teoria e vivência concreta, fortalecendo vínculos entre escola, território e natureza. No entanto, desafios como a falta de formação continuada, a escassez de recursos e o currículo fragmentado dificultam essa integração. A pesquisa reforça que a Agroecologia, por sua natureza interdisciplinar, tem potencial transformador e pode ser ferramenta estratégica para promover justiça socioambiental, valorização dos saberes locais e uma educação crítica e emancipadora. Assim, sua inserção no cotidiano escolar é não apenas necessária, mas urgente diante das crises ambientais e sociais atuais.

Palavras-chaves: Agroecologia. Educação Ambiental. Transformadora.

RESUMEN

En la búsqueda de nuevos aprendizajes, ante el agravamiento de las crisis ambientales y sociales que azotan el planeta, como la deforestación, el cambio climático, la contaminación de los recursos naturales y el aumento de la desigualdad, se hace evidente que el modelo de desarrollo basado en la explotación desenfrenada de la naturaleza y la lógica del lucro a cualquier precio está colapsando. Esta realidad exige no solo ajustes específicos, sino un cambio profundo en nuestra relación con el medio ambiente, la comunidad y los procesos de producción y consumo. En este escenario, la educación ambiental se erige como una herramienta estratégica y transformadora, ya que va más allá de la simple transmisión de conocimientos; fomenta la reflexión crítica, el reconocimiento de los conflictos socioambientales y la búsqueda de prácticas sostenibles.

El objetivo general de este trabajo es analizar las posibilidades y los desafíos de incorporar la Agroecología como práctica pedagógica en la Educación Ambiental escolar, con el objetivo de fomentar una conciencia socioambiental crítica. Para ello, buscamos comprender los fundamentos teóricos de ambas áreas, identificar directrices y políticas públicas como la BNCC, y reflexionar sobre los principales desafíos pedagógicos en el proceso de implementación. La metodología adoptada fue cualitativa, exploratoria y documental, basada en autores como Gil (2008), Minayo (2015) y Bardin (2016), y en documentos oficiales, relatos de experiencias y estudios de caso.

Los análisis revelaron que prácticas como los huertos escolares y el compostaje permiten integrar la teoría y la experiencia práctica, fortaleciendo los vínculos entre la escuela, el territorio y la naturaleza. Sin embargo, desafíos como la falta de formación continua, la escasez de recursos y un currículo fragmentado dificultan esta integración. La investigación refuerza que la agroecología, debido a su carácter interdisciplinario, tiene potencial transformador y puede ser una herramienta estratégica para promover la justicia socioambiental, la valoración de los saberes locales y una educación crítica y emancipadora. Por lo tanto, su inclusión en la vida escolar no solo es necesaria, sino urgente ante la actual crisis ambiental y social.

Palabras clave: Agroecología. Educación ambiental. Transformadora.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Informações sobre a BNCC.	19
Figura 2: Competência 03 do Ensino Médio de acordo com a BNCC.....	20
Figura 3: Experiência da escola, de acordo com os autores.	26
Figura 4: Feira Agroecológica UFPE/CCSA.....	30
Figura 5: Cortando os alimentos para a formação da composteira.....	30
Figura 6: Modelo do plano de aula aplicado a turma do 2º ano do Ensino Médio.	32

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. OBJETIVOS	12
2.1 OBJETIVO GERAL.....	12
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
3. REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) E AGROECOLOGIA: BASES TEÓRICAS E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS.....	13
3.2 POLITICAS QUE FLORESCEM: AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICAS CURRICULARES DE RESISTÊNCIA.....	16
3.3 A CENTRALIDADE DA GEOGRAFIA NO CULTIVO DA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL.....	22
3.4 RAÍZES QUE EDUCAM: AGROECOLOGIA E CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NAS ESCOLAS	23
3.5 EDUCAÇÃO QUE FLORESCE: AGROECOLOGIA E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NA SALA E NO SOLO.....	24
4. METODOLOGIA	27
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

1. INTRODUÇÃO

A Agroecologia constitui-se como uma abordagem científica, prática e política que integra saberes tradicionais e conhecimentos acadêmicos, promovendo além de sistemas de produção agrícola sustentáveis, mas proporcional um cotidiano socialmente justos e ecologicamente equilibrados. Mais do que um conjunto de técnicas, ela representa uma filosofia de vida que reconhece a interdependência entre seres humanos e natureza, resgatando práticas tradicionais de manejo e uso responsável dos recursos naturais. Ao articular ciência e cultura, a agroecologia apresenta-se como alternativa viável ao modelo produtivo hegemônico, priorizando a biodiversidade, a autonomia dos agricultores e a preservação dos ecossistemas.

O avanço da agricultura convencional, marcado pelo uso intensivo de insumos químicos e pela mecanização em larga escala, principalmente durante e década de 70 ainda hoje nos deparamos com seus impactos negativos expressivos, como a degradação dos solos, a contaminação de recursos hídricos e a perda de biodiversidade. Esses problemas se somam a questões sociais, como a desigualdade no acesso à terra e a vulnerabilidade de comunidades rurais. Nesse cenário, a agroecologia surge não apenas como alternativa produtiva, mas como um movimento que propõe repensar o modelo de desenvolvimento vigente, orientando-se por princípios ecológicos, justiça social e valorização cultural. Sua relevância se intensifica diante da necessidade urgente de estratégias que unam produção de alimentos e preservação ambiental.

No campo educacional, a Agroecologia revela-se um potente instrumento de formação cidadã e transformação social. Inserida no contexto da Educação Ambiental, ela possibilita experiências práticas que aproximam os estudantes da realidade socioambiental local, promovendo a interdisciplinaridade e o engajamento comunitário. Este trabalho de conclusão de curso, ao investigar a integração da agroecologia como prática pedagógica em espaços formais de ensino, busca compreender como essas ações contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica e para a construção de alternativas sustentáveis. Dessa forma, a pesquisa se insere no debate sobre a necessidade de transformar a escola em um espaço que não apenas transmita conhecimentos, mas que forme sujeitos ativos na defesa do meio ambiente e da vida.

Em busca dessa justiça social e ambiental a Agroecologia vem com seus princípios a partir da concepção de movimento, ciência e prática, como uma forma de resistir ao sistema dominante. Trabalhar a Agroecologia nas escolas não significa apenas ensinar técnicas agrícolas, mas promover uma reflexão crítica sobre os modos de produção e consumo, a relação com o meio ambiente e a valorização dos saberes locais (CAPORAL, 2009).

Para Toledo (2016) a Agroecologia desprende das bases científicas, trazendo como ideia que a produção a partir dos princípios agroecológicos garante sistemas resilientes e socialmente justos. A Agroecologia geralmente é constituída dos saberes e das práticas dos moradores locais, formada a partir de conhecimentos locais, culturalmente e historicamente construídos pelos camponeses, caracterizando-se por seus conflitos, capacidade de resistência, resiliência e potencial endógeno territorial (AGUIAR, ET AL, p.3, 2023).

Diante dessas perspectivas a Agroecologia surge como resistência com a valorização dos seus saberes tradicionais. E diante desse horizonte que a Agroecologia se apresenta como uma aliada da Educação Ambiental, ao propor uma nova lógica de interação com a natureza, fundamentada no respeito à biodiversidade, no uso sustentável dos recursos e na valorização dos saberes tradicionais e locais. Integrar a Agroecologia ao contexto escolar, seja por meio de aula teórica ou até mesmo práticas pedagógicas como hortas escolares, compostagem, a presença nas feiras agroecológicas e estudos do território, permite que os estudantes vivenciem na prática os conceitos aprendidos em sala, desenvolvendo uma percepção mais profunda das dinâmicas ambientais e sociais que os cercam.

Para afirmar essa importância a Constituição Federal de 1988, garante em seu artigo 225 a responsabilidade pela preservação ambiental e estabelece a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Como afirma:

“**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. [...] **VI** - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; [...]”

Diante disso, esse princípio foi consolidado pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/1999, que define a Educação Ambiental como um processo contínuo e permanente, responsável por construir valores, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à preservação da vida e da sustentabilidade do planeta. Assim, a escola assume um papel estratégico como espaço de formação de cidadãos conscientes, críticos e engajados com os desafios do presente e do futuro.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também reforça essa proposta ao reconhecer, desde o 6º ano do Ensino Fundamental, a importância de abordar os diferentes usos do espaço geográfico, as desigualdades socioambientais e a interferência humana sobre o

planeta. Apesar dessa proposta está sendo cobrada nas esferas educacionais, um dos grandes desafios está em superar a abordagem fragmentada da Educação Ambiental nos currículos escolares. Muitas vezes, ela é tratada de forma superficial e transversal, sem conexão real com o cotidiano dos alunos.

De acordo com Virgens (2011), o papel da escola, em conjunto com a Educação Ambiental, é promover a integração do ser humano com a natureza, contribuindo para a formação de uma personalidade que valorize a vida e a coloque como prioridade. Ou seja, a necessidade de preservar e conservar o meio ambiente emerge a partir da própria realidade, com o objetivo de garantir uma existência mais harmoniosa e tranquila.

Diante desse cenário, justifica-se a presente investigação pela necessidade de compreender de que forma a Agroecologia pode ser integrada às práticas pedagógicas da Educação Ambiental, explorando seus desafios, potencialidades e percursos metodológicos capazes de contribuir para a formação de sujeitos críticos, ambientalmente conscientes e socialmente comprometidos.

Nesse sentido, propõe-se refletir sobre a seguinte questão norteadora: quais são os desafios e as possibilidades de inserção da Agroecologia como prática pedagógica no contexto da Educação Ambiental nas escolas brasileiras, visando o fortalecimento de uma consciência socioambiental crítica e transformadora?

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar as possibilidades e os desafios da inserção da Agroecologia como prática pedagógica no âmbito da Educação Ambiental nas escolas, visando à formação de uma consciência socioambiental crítica.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Compreender os fundamentos teóricos da Educação Ambiental e da Agroecologia, destacando suas conexões e potencialidades educativas;
- Identificar políticas públicas e documentos oficiais (como a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais) que orientam a inserção da Educação Ambiental e da Agroecologia no ambiente escolar;

- Analisar os principais desafios nas estratégias pedagógicas para uma Educação Ambiental e Agroecologia no contexto escolar.
- Registrar as práticas realizadas na Feira de Agroecologia da UFPE, com oficina de compostagem, e nas atividades do Estágio Obrigatório II na escola.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA) E AGROECOLOGIA: BASES TEÓRICAS E ABORDAGENS PEDAGÓGICAS

Ao investigarmos a evolução histórica da sociedade, notamos que os modelos de desenvolvimento e os processos de modernização têm prejudicado o bem-estar e o equilíbrio nas interações com a natureza. Através da análise da sociedade capitalista, entendemos que a natureza está sendo considerada meramente como um recurso ou mercadoria, destinado a atender exclusivamente às necessidades imediatas da sobrevivência humana. Um dos processos históricos que acelerou esse fenômeno foi a Revolução Verde na década de 70, um exemplo chave para refletirmos sobre as transformações alimentares.

Embora a proposta inicial da Revolução Verde fosse garantir a alimentação para todos, a análise dos registros históricos revela que ela falhou em combater a fome. Em vez disso, o uso excessivo de agrotóxicos levou à degradação do solo, poluição da água e perda de biodiversidade. Essas crises ambientais se somam a problemas sociais, como o êxodo rural, evidenciando ainda mais as crises sanitárias e ambientais decorrentes desse modelo.

Nesse contexto, a Educação Ambiental surge como uma ferramenta fundamental na construção de uma consciência crítica e transformadora (GUIMARÃES, 2017).

A Educação Ambiental, enquanto processo educativo contínuo, busca sujeitos capazes de compreender criticamente os problemas ambientais e de atuar na transformação das condições que os produzem. Essa proposta de despertar o senso crítico dos alunos desde muito cedo, vem como respostas às múltiplas crises que vem se alastrando durante os anos, ainda com o pensamento atrasado de “Desenvolvimento” e perdendo o real sentido da vida, o envolvimento com a natureza. De acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), ela deve ser desenvolvida de forma transversal, permanente e integrada ao projeto pedagógico das instituições de ensino, promovendo a cidadania ecológica e a

participação social. Sua base epistemológica está integrada em uma perspectiva interdisciplinar e emancipatória, que compreende o ambiente como um sistema complexo, interligando dimensões ecológicas, culturais, políticas e econômicas. Como afirma Carvalho (2006) a Educação Ambiental se faz como parte de um processo ecológico no qual surge o questionamento sobre o futuro da sociedade e a qualidade da existência da geração atual e do futuro.

Nas décadas de 1970 e 1980, quando as discussões iniciais sobre a Educação Ambiental começaram a se intensificar, havia uma compreensão restrita da área, centrada principalmente na preservação da fauna e da flora. Contudo, conforme aponta Reigota (2009), embora a conservação dos ecossistemas seja relevante, a Educação Ambiental deve ser compreendida em uma perspectiva mais ampla, como uma ferramenta de análise crítica das relações estabelecidas entre os seres humanos e a natureza, envolvendo dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais.

A Educação Ambiental passa a afirmar uma concepção integrada e relacional do meio ambiente, entendida como um campo complexo, constituído por interações entre os elementos naturais, sociais e culturais que moldam a organização da vida.

Nesse horizonte, a Educação Ambiental encontra na Agroecologia uma aliada estratégica, pois ambas compartilham o compromisso com a transformação socioambiental, articulando o conhecimento à prática e promovendo uma visão crítica e integrada da relação entre ser humano e natureza. A Agroecologia, tem se consolidado como mais que uma técnica alternativa de produção agrícola. Trata-se de um paradigma que reúne conhecimentos científicos e saberes tradicionais sobre o cultivo da terra em harmonia com os ecossistemas, promovendo relações sustentáveis entre os seres humanos e o meio ambiente.

Assim, a Agroecologia incorpora princípios como a valorização da biodiversidade, a soberania alimentar, a justiça social e o respeito aos territórios e às culturas locais. Como campo do saber, a Agroecologia tem se fortalecido tanto nos movimentos sociais do campo quanto nos ambientes acadêmicos, configurando-se como uma ciência transdisciplinar e profundamente conectada às lutas sociais por terra, alimento e dignidade. Nesse processo de busca por novas possibilidades de existência, a Agroecologia se apresenta como uma proposta necessária, se posicionando como ciência, movimento e prática, propondo-se como um dos caminhos para solucionar os problemas gerados pelo sistema dominante atual.

Dessa forma, a Agroecologia articula saberes tradicionais e científicos para promover uma agricultura sustentável, tradicional e eficaz, que respeita os ciclos naturais, a biodiversidade e as culturas locais. Ao valorizar os territórios, os saberes populares e a

autonomia das comunidades, a Agroecologia rompe com o paradigma da monocultura industrial e aponta caminhos para a soberania alimentar, a inclusão social e a regeneração ambiental. De acordo com GRISA et al (2021) “Concepções como sustentabilidade socioambiental econômica, tendo como referência a re-localização, o conhecimento local, a tradição, as formas sociais de produção, a justiça social, a equidade e a democracia alimentar são incorporadas como base desse processo de mudança” (GRISA et al, 2021: p. 160). Do ponto de vista pedagógico, a inserção da Agroecologia na Educação Ambiental exige uma ruptura com práticas educativas fragmentadas, conteudistas e descontextualizadas. Em seu lugar, propõe-se uma educação ancorada no território, na escuta ativa das comunidades escolares, no diálogo entre os saberes e na valorização da cultura local.

Freire (1996), ao defender uma pedagogia crítica e libertadora, contribui significativamente para essa articulação, ao enfatizar que a educação deve partir da realidade vivida pelos sujeitos e buscar sua transformação, e não apenas a reprodução de conteúdos. A abordagem da EA em articulação com a Agroecologia convida à reflexão crítica sobre uma consciência histórica do sistema atuante, este que, rompe com as ideias de valorização da terra e traz o apagamento da diversidade alimentar.

Contribuindo nessa discussão, Gadotti (2000) reflete que a educação para ser libertadora precisa construir entre educadores e educandos uma verdadeira consciência histórica, fazendo com que a importância dos saberes-fazerem sejam centrais para construção do sujeito.

Toledo (2016) afirma que a Agroecologia é uma forma de modificação das atitudes dos seus sujeitos, a Agroecologia não assume uma face arrogante de ignorar as vozes dos camponeses(as), ela não é uma ciência no qual precisa ensinar os agricultores(as) a produzir seu alimento, ela respeita e busca caminhar lado a lado com as culturas tradicionais, suas experiências na construção de um diálogo intercultural.

No campo da ecologia, a interconexão entre o pensamento humano e a natureza é uma perspectiva central de análise. Essa abordagem visa oferecer fundamentos essenciais para a compreensão crítica das dinâmicas socioambientais, estimulando o respeito ambiental, a adoção de modelos de desenvolvimento alinhados aos ciclos naturais e a implementação de práticas que promovam o equilíbrio entre as necessidades sociais e a saúde do planeta, sob princípios de sustentabilidade. Porto-Gonçalves (2006) afirma que essas interações socioambientais estão atravessadas por disputas de poder e territorialidade, sendo imprescindível considerar os saberes tradicionais e as resistências locais na construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento. Além de que é necessário compreender a ecologia como uma relação de interdependência entre os seres vivos e o meio ambiente no qual estão inseridos. Primavesi

(2002) destaca que o ser humano não está separado da natureza, mas é parte integrante dela, e qualquer intervenção que desconsidere essa integração pode gerar desequilíbrios irreversíveis.

3.2 POLÍTICAS QUE FLORESCEM: AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PRÁTICAS CURRICULARES DE RESISTÊNCIA

Compreender o funcionamento do que é proposto no Currículo Nacional é essencial para conduzir as reflexões necessárias das práticas educacionais como um todo. Diante de tantos códigos e alternativas educacionais, a Educação Ambiental, consolidada legalmente pela Lei nº 9.795/1999, é reconhecida como um componente essencial e permanente nos processos educativos, devendo estar presente de forma transversal em todos os níveis e modalidades de ensino. Contudo, seu lugar na escola ainda é muito simbólico, frequentemente reduzido a projetos isolados ou eventos comemorativos, com pouca conexão com o cotidiano curricular.

Da mesma forma, a Agroecologia, embora não explicitamente mencionada na BNCC, emerge como uma prática potente, especialmente no campo da educação do campo e em experiências autônomas de escolas públicas que buscam integrar a produção de alimentos, o cuidado com a terra e a construção de saberes locais como parte do processo formativo. Reconhecer as múltiplas faces na qual a EA pode ser trabalhada, inclusive a introdução do conhecimento agroecológico, é constituir em uma epistemologia alternativa, para soluções e reflexões de um mundo, onde se rompe com as perspectivas cartesianas.

Ao refletir sobre as políticas públicas educacionais, especialmente a BNCC, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE), percebe-se que elas apresentam tanto brechas quanto limitações em relação à integração efetiva da Agroecologia e da Educação Ambiental ao currículo. A BNCC, por exemplo, reconhece a importância da sustentabilidade e da consciência ambiental como competências gerais da educação básica, mas pouco avança em uma abordagem crítica e contextualizada da temática. Isso abre espaço para que os territórios escolares, especialmente em contextos rurais, se tornem campos férteis para a reinvenção pedagógica, onde práticas de Agroecologia escolar e educação ambiental crítica florescem como atos de resistência curricular.

A BNCC passou por três versões em seu processo de formulação, um processo longo e marcado por disputas e revisões que refletem os diferentes interesses presentes na formulação das políticas educacionais brasileiras. A primeira versão da BNCC foi publicada em 16 de setembro de 2015, esse momento foi caracterizado por amplas consultas públicas e pela valorização da diversidade regional e cultural. Em seguida, a segunda versão, divulgada em 3

de maio de 2016, na qual apresentou ajustes que indicavam uma tentativa de conciliação entre os diferentes setores da sociedade. Já a terceira e última versão foi apresentada em abril de 2017, adotou uma perspectiva mais alinhada à racionalidade, com forte influência multilaterais e redução do espaço para abordagens críticas.

Como afirma Basilio (2024), a BNCC é um documento normativo de alcance nacional que organiza, de forma progressiva, as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas na educação básica, pautando-se na ideia de competências, entendidas como a articulação entre conhecimentos, habilidades, atitudes e valores no processo pedagógico. Nesse cenário, a resistência de propagar a ideia de múltiplas formas de sustentabilidade não se dá apenas no enfrentamento às omissões das políticas, mas na reinvenção da escola como espaço de cuidado com a vida, com o território e com os saberes populares.

Menezes (2021) destaca que o currículo no qual a escola segue não é tudo o que acontece na escola, mas sim um conjunto de atividades planejadas e organizadas com a intenção de formar os alunos. Essas atividades envolvem conhecimentos, valores, habilidades e atitudes que ajudam os estudantes a se prepararem para a vida em sociedade. A formação proposta por esse currículo varia, e não há uma única visão sobre o que é formar o ser humano na educação escolar. Atividades e projetos práticos executados nas escolas, como estudos integrados sobre alimentação e território podem ser algumas das práticas pedagógica no qual pode se articular à Agroecologia e à educação ambiental para promover uma formação integral, sensível e transformadora.

De acordo com a BNCC (2018), a análise geográfica exige a superação de uma visão linear dos espaços percebidos, concebidos e vividos, a fim de possibilitar uma leitura geohistórica que articule abordagens históricas, sociológicas e espaciais. Compreender esses diferentes sentidos do espaço contribui para reconhecer os objetos, fenômenos e lugares distribuídos no território, permitindo múltiplos olhares sobre os arranjos espaciais existentes, além que embora categorias como tempo, espaço e movimento sejam fundamentais nas Ciências Humanas, é igualmente essencial valorizar a crítica sistemática à ação humana, às relações sociais e de poder, bem como à produção de saberes vinculados a contextos históricos e geográficos específicos. Nesse sentido, o ensino de História e Geografia contribui para que os estudantes compreendam melhor o mundo em que vivem, promovendo o desenvolvimento da autonomia e incentivando uma atuação mais crítica e responsável na sociedade

Nesse mesmo horizonte crítico, Reigota (2009) ressalta que a Educação Ambiental precisa ser compreendida como análise crítica das relações entre humanidade e natureza, e não apenas como ensino da conservação. Esse entendimento abre espaço para a Agroecologia como

ferramenta pedagógica, pois ela promove o diálogo entre o saber técnico-científico e os conhecimentos populares, envolvendo o estudante como sujeito ativo na produção do conhecimento. Essas experiências, embora muitas vezes silenciosas no plano oficial, se mostram vivas no cotidiano de alguns alunos, por exemplo, na escola do campo, especialmente quando situada em ambiente rural. Nesses espaços, educadores e comunidades constroem, de forma coletiva, currículos que resistem à padronização e reafirmam o direito de aprender com e na natureza. No Brasil, esse direito é assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), que no artigo 28 determina que a educação básica voltada às populações do campo deve adequar-se às suas peculiaridades, respeitando a diversidade cultural, os modos de produção, o calendário agrícola e a relação com o território. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e atualizações) reforçam essa perspectiva, orientando que o currículo valorize saberes locais, articule teoria e prática e promova aprendizagens conectadas à vida comunitária. Proporcionando a sua realidade rural, como maneira de fortalecer suas identidades, preservando tradições e formando cidadãos conscientes de seu papel no território.

Para Leff (2002) o conhecimento agroecológico é um dos maiores efeitos para a construção de uma nova resposta para o modelo cartesiano produtivo, o mesmo ainda afirma que o saber agroecológico é o bem primordial na construção de um novo paradigma produtivo, tal conhecimento permite uma rotina de produção alimentar socialmente justa, com a possibilidade saberes múltiplos e a diversidade das práticas culturais e os seus sujeitos.

Dentre dessas práticas de saberes múltiplos destaca-se os povos indígenas, sujeitos esses que trabalham com a diversidade e o consórcio com a natureza em seu modo de vida, onde suas práticas com a agricultura, lhe proporciona a sua soberania alimentar, nos quais são tradicionais desde do princípio. Como aponta Krenak (2018) que na agricultura indígena, não há separação entre natureza e cultura, pois as aldeias estão integradas à paisagem e organizam-se em harmonia com os ciclos vitais da flora e da fauna. As práticas cotidianas, nesse contexto, reproduzem comportamentos inspirados nos ritmos e movimentos da natureza.

A BNCC reconhece a importância de uma educação que valorize a diversidade étnico-cultural brasileira, destacando a contribuição dos povos originários para a formação histórica, social e cultural do país, como institucionalização da lei 11.645/2008 em que as redes de ensino se torna obrigatório os estudos da história e cultura afro-brasileira e indígena. Essa diretriz reforça o compromisso com a valorização das identidades historicamente marginalizadas no ambiente escolar.

Ao propor competências e habilidades que fomentam o respeito à pluralidade, a BNCC

reforça a necessidade de inserir nos currículos escolares conteúdos que abordem os saberes, práticas, línguas, cosmologias e modos de vida dos povos indígenas de forma crítica e descolonizadora. Essa diretriz representa um avanço na construção de uma educação comprometida com os direitos humanos e a justiça social, promovendo o reconhecimento dos povos originários não como parte do passado, mas como sujeitos históricos ativos, detentores de conhecimentos essenciais para pensar alternativas sustentáveis principalmente como um dos caminhos para uma EA e Agroecologia eficazes e plurais.

Nesse contexto, é imprescindível considerar o papel da BNCC na consolidação dessas propostas no campo da geografia escolar. A figura (01), a seguir, reúne os principais trechos da BNCC relacionados à Geografia, destacando sua contribuição para a formação de sujeitos conscientes, engajados e capazes de compreender criticamente as dinâmicas socioambientais.

Figura 1: Informações sobre a BNCC.

<p>4.4.1. Geografia</p> <p>Estudar Geografia é uma oportunidade para compreender o mundo em que se vive, na medida em que esse componente curricular aborda as ações humanas construídas nas distintas sociedades existentes nas diversas regiões do planeta. Ao mesmo tempo, a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças.</p>	<p>ENSINO FUNDAMENTAL- No 6º ano, destaca-se a proposta de aprendizagem que enfatiza a articulação entre sociedade e natureza, promovendo a compreensão crítica das interações socioambientais.</p>																										
<p>GEOGRAFIA - 6º ANO</p>																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th>UNIDADES TEMÁTICAS</th> <th>OBJETOS DE CONHECIMENTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>O sujeito e seu lugar no mundo</td> <td>Identidade sociocultural</td> </tr> <tr> <td>Conexões e escalas</td> <td>Relações entre os componentes físico-na</td> </tr> <tr> <td>Mundo do trabalho</td> <td>Transformação das paisagens naturais e antrópicas</td> </tr> <tr> <td>Formas de representação e pensamento espacial</td> <td>Fenômenos naturais e sociais representa diferentes maneiras</td> </tr> <tr> <td>Natureza, ambientes e qualidade de vida</td> <td>Biodiversidade e ciclo hidrológico</td> </tr> </tbody> </table>	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	Conexões e escalas	Relações entre os componentes físico-na	Mundo do trabalho	Transformação das paisagens naturais e antrópicas	Formas de representação e pensamento espacial	Fenômenos naturais e sociais representa diferentes maneiras	Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade e ciclo hidrológico	<table border="1"> <thead> <tr> <th>HABILIDADES</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE04) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos.</td> </tr> <tr> <td>(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).</td> </tr> </tbody> </table>	HABILIDADES	(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.	(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.	(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.	(EF06GE04) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal.	(EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.	(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.	(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.	(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.	(EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.	(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares.	(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.	(EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos.	(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).
UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO																										
O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural																										
Conexões e escalas	Relações entre os componentes físico-na																										
Mundo do trabalho	Transformação das paisagens naturais e antrópicas																										
Formas de representação e pensamento espacial	Fenômenos naturais e sociais representa diferentes maneiras																										
Natureza, ambientes e qualidade de vida	Biodiversidade e ciclo hidrológico																										
HABILIDADES																											
(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.																											
(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.																											
(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.																											
(EF06GE04) Descrever o ciclo da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal.																											
(EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solo, relevo e formações vegetais.																											
(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização.																											
(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.																											
(EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.																											
(EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.																											
(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos (sistema de irrigação, tratamento e redes de distribuição), bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares.																											
(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo.																											
(EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando as transformações nos ambientes urbanos.																											
(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).																											

Fonte: Autora, 2025.

A figura 01 reafirma o conceito, com seu parágrafo introdutório, ao falar da geografia como uma forma de ensino que oferece meios para interpretar o mundo a partir das relações entre sociedade e espaço, considerando as múltiplas formas em que os grupos humanos produzem e se apropriam dos territórios. De acordo com Santos (1978) o espaço geográfico é uma construção social carregada de intencionalidades e significados, se tornando essencial para a formação da consciência crítica dos indivíduos. Ou seja, a prática da reflexão geográfica em

sala de aula, vinculada a entender a natureza, paisagem e os costumes que formam a identidade cultural permite ao sujeito perceber-se como parte ativa da história, reconhecendo as diferenças que o constituem em relação ao outro.

O ano inicial do ensino fundamental II é apenas o começo da construção dessas habilidades dos pensamentos de reflexões dos alunos em entender a biodiversidade na qual convivem. Por mais que trabalhados de uma maneira mais lúdica, os ensinamentos sobre a natureza durante o seu fundamental I, não deixa de ser metodologicamente eficaz para as crianças, durante seu processo de crescimento, reconhecer a importância de pensar e agir.

Ao longo dessa trajetória escolar, os estudantes vivenciam diversas etapas formativas que contribuem para a construção de conhecimentos cada vez mais complexos e articulados com a realidade. Nesse percurso, o Ensino Médio representa um momento decisivo, marcado por escolhas, reflexões e aprofundamentos. É uma fase em que se amplia a capacidade de compreender fenômenos sociais, ambientais e econômicos, desenvolvendo uma visão mais abrangente sobre o mundo e sobre o papel do ser humano nas dinâmicas territoriais.

Nesse sentido, o componente curricular de Geografia assume papel fundamental ao possibilitar que os estudantes analisem criticamente as transformações espaciais, os conflitos socioambientais e as interdependências globais. Como previsto na BNCC, uma das habilidades centrais da Geografia no Ensino Médio é justamente promover a compreensão integrada entre sociedade e natureza, aspecto que se evidencia na figura (02):

Figura 2: Competência 03 do Ensino Médio de acordo com a BNCC.

COMPONENTE CURRICULAR	HABILIDADES
<p>COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3</p> <p>Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.</p> <p>Nessa competência específica, propõe-se analisar os paradigmas que refletem pensamentos e saberes de diferentes grupos, povos e sociedades (incluindo-se os indígenas, quilombolas e demais povos e populações tradicionais), levando em consideração suas formas de apropriação da natureza, extração, transformação e comercialização de recursos naturais, suas formas de organização social e política, as relações de trabalho, os significados da produção de sua cultura material e imaterial e suas linguagens.</p> <p>Considerando a presença, na contemporaneidade, da cultura de massa e das culturas juvenis, é importante compreender os significados de objetos derivados da indústria cultural, os instrumentos publicitários utilizados, o funcionamento da propaganda e do marketing, sua semiótica e seus elementos persuasivos, os papéis das novas tecnologias e os aspectos psicológicos e afetivos do consumismo.</p>	<p>(EM13CHS301) Problematicar hábitos e práticas individuais e coletivos de produção, reaproveitamento e descarte de resíduos em metrópoles, áreas urbanas e rurais, e comunidades com diferentes características socioeconômicas, e elaborar e/ou selecionar propostas de ação que promovam a sustentabilidade socioambiental, o combate à poluição sistêmica e o consumo responsável.</p> <p>(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.</p> <p>(EM13CHS303) Debater e avaliar o papel da indústria cultural e das culturas de massa no estímulo ao consumismo, seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à percepção crítica das necessidades criadas pelo consumo e à adoção de hábitos sustentáveis.</p> <p>(EM13CHS304) Analisar os impactos socioambientais decorrentes de práticas de instituições governamentais, de empresas e de indivíduos, discutindo as origens dessas práticas, selecionando, incorporando e promovendo aquelas que favoreçam a consciência e a ética socioambiental e o consumo responsável.</p> <p>(EM13CHS305) Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.</p> <p>(EM13CHS306) Contextualizar, comparar e avaliar os impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental do planeta (como a adoção dos sistemas da agrobiodiversidade e agroflorestal por diferentes comunidades, entre outros).</p>

A partir da análise da figura 02, percebe-se como a geografia no Ensino Médio vai além da simples descrição de fenômenos naturais ou sociais. Essa etapa do ensino valoriza a capacidade dos estudantes de entenderem como diferentes grupos se relacionam com a natureza, de maneiras diversas e historicamente construídas. Ao trazer as práticas e os saberes de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, essa proposta curricular amplia os pensamentos dos estudantes, estimulando reflexões sobre consumo, produção e modos de vida. Nesse sentido, destaca-se a habilidade EM13CHS306 da BNCC, que orienta a contextualização, comparação e avaliação dos impactos de diferentes modelos socioeconômicos no uso dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade econômica e socioambiental. Perspectiva no qual pode ser desenvolvida tanto em escolas no intuito de incentiva-lás a análise crítica de práticas produtivas, como a agricultura industrial e a monocultura, em contraposição a sistemas sustentáveis, como a agrobiodiversidade e a agrofloresta, adotados em diferentes comunidades. Ao integrar esses debates ao currículo, favorecemos a compreensão das interdependências entre economia, sociedade e meio ambiente, estimulando o protagonismo dos estudantes na construção de soluções para os desafios socioambientais contemporâneos.

Essa perspectiva amplia a compreensão sobre a pluralidade cultural e os diferentes modos de organização dos grupos sociais, ao mesmo tempo em que estimula uma atitude ética e responsável frente aos desafios ambientais e econômicos contemporâneos. Considerando as múltiplas crises globais que definem a realidade atual, é fundamental construir e fortalecer o debate sobre alternativas sustentáveis e mais justas. Isso capacitará a criação de soluções eficientes em diferentes escalas, possibilitando horizontes para um mundo socialmente mais equitativo e em equilíbrio com a natureza

De acordo com Moreira e Silva (1994), o currículo está diretamente ligado às formas específicas e contextuais de organização da sociedade e da educação. Ele não é neutro, pois carrega intencionalidades e está inserido em relações de poder. Para Gadotti (2000), o currículo expressa o projeto educativo da escola, sendo elemento essencial para a organização de suas práticas e para a formação cidadã, o currículo pode ser compreendido como a expressão do projeto educativo da escola, sendo um elemento central para sua organização e funcionamento. Ele atua como eixo que orienta e integra todas as atividades e ações desenvolvidas no ambiente escolar.

3.3 A CENTRALIDADE DA GEOGRAFIA NO CULTIVO DA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL

Ao analisarmos a geografia como passagem para o ensino em diversos segmentos, pensamos acima de tudo sobre a importância do diálogo, no qual pode se apresentar como elemento fundamental na construção de uma consciência histórica crítica acerca do sistema socioeconômico vigente, cuja lógica frequentemente rompe com os princípios de valorização da terra, resultando no apagamento da diversidade alimentar e cultural. Ao analisarmos a geografia, reflete-se que ela assume papel central no entendimento da Educação Ambiental ao permitir a análise do espaço e do território como construções sociais e históricas que refletem as dinâmicas de poder e as relações entre sociedade e natureza.

Conforme destaca Harvey (2006), o território não é apenas um espaço físico, mas um “campo de luta social, onde se expressam interesses conflitantes e se travam disputas pelo controle e pela apropriação dos recursos naturais e simbólicos” (HARVEY, 2006, p. 45). Essa perspectiva revela que o território é um lugar carregado de significados, saberes e práticas culturais, na qual se manifestam tanto os processos de dominação quanto as resistências sociais. Ao integrar os conceitos geográficos ao ensino, é possível reconhecer a importância da valorização da terra e da diversidade cultural e alimentar, rompendo com lógicas excludentes e colonialistas que marcaram a organização do território e os processos produtivos. A geografia ocupa seu papel não apenas como tópico para EA, mas também se torna ferramenta essencial para compreender e transformar as relações entre espaço, território e sustentabilidade, reforçando a importância da Agroecologia como prática educativa e social.

A Geografia, ao abordar o espaço como esfera de possibilidades, amplia a compreensão das múltiplas territorialidades e formas de existência, reconhecendo a diversidade de culturas, idiomas, tradições e cosmovisões que estruturam os modos de vida. Nesse contexto, a Agroecologia emerge como um campo de saber e prática que dialoga diretamente com a dimensão geográfica ao respeitar e integrar os conhecimentos tradicionais dos povos do campo.

Para Toledo (2016), a Agroecologia não se impõe como ciência hierárquica, mas se propõe ao diálogo intercultural, valorizando os saberes populares e construindo, de forma colaborativa, alternativas de produção sustentáveis e socialmente justas. Assim, a Geografia se torna central para o cultivo da consciência socioambiental ao permitir uma leitura crítica do território, revelando os conflitos, as resistências e as possibilidades de transformação social ancoradas em práticas agroecológicas que reafirmam os direitos à terra, à cultura e à soberania alimentar.

Ao pensar no contexto escolar, essas reflexões assumem papel importante e estratégico para a formação de uma consciência socioambiental crítica, ao inserir a Agroecologia como prática pedagógica significa romper com modelos tradicionais de ensino fragmentado e promover uma educação que valoriza o território, o meio ambiente e os saberes ancestrais, trabalhar com a possibilidade no qual possa fazer com que os estudantes compreendam a relação entre sociedade e natureza de forma integrada e crítica, ao mesmo tempo em que desenvolvem autonomia e protagonismo frente aos desafios ambientais locais e globais. Como afirma Leff (2002) reconhecer o papel da escola como a sua formação de educação em espaços de valores voltados à sustentabilidade e à justiça social, elementos centrais para a efetiva implementação da Educação Ambiental crítica.

É essencial reconhecer a importância de apontar caminhos pedagógicos viáveis que favoreçam a integração entre EA e Agroecologia. A geografia, como disciplina que articula as dimensões naturais e sociais do espaço, possui um enorme potencial para conduzir essas reflexões de forma que contribua para o fortalecimento de vínculos, não apenas para identificar os obstáculos à implementação da Agroecologia nas escolas, mas, sobretudo, reconhecer e valorizar as experiências que já vêm sendo desenvolvidas como resistência e reinvenção do fazer pedagógico diante das urgências socioambientais.

3.4 RAÍZES QUE EDUCAM: AGROECOLOGIA E CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NAS ESCOLAS

Integrar EA e Agroecologia é o nosso maior desafio atual. Isso porque a EA, como vista no currículo, tende a focar apenas na reflexão sobre o natural e na problematização do uso de recursos naturais, sem apresentar caminhos para reparações ou soluções produtivas. É essencial entender o funcionamento rural e urbano e questionar se a sociedade está disposta a acompanhar o desenvolvimento. Será necessário deixar de se envolver para desenvolver? A EA pode ser a semente que, através de suas metodologias educativas, cria raízes e cultiva diversas formas de pensar.

Mendonça (2007) afirma que desde a época da Grécia Antiga, a questão ambiental é uma preocupação. Aristóteles, dentre os seus diversos pensamentos, se preocupou com a relação do homem e a natureza. Além disso, ele traz uma reflexão importante ao afirmar em tratar de meio ambiente é de importância fundamental:

“[...] Falar de meio ambiente significa, antes de tudo, lutar para o equacionamento de

graves problemas sociais que tão marcadamente caracterizam o espaço geográfico nacional. Esses problemas se tornam ameaçadores à paz social quando se observa as estatísticas e intensidade da criminalidade, violência, delinquência, corrupção, favelamento, mortalidade infantil, desemprego/subemprego, distribuição de renda, habitação, escola, alimentação, lazer e etc. (MENDONÇA, 2007, p. 71)”

Diante dessas múltiplas crises que afetam o meio ambiente, a sociedade tem enfrentado desafios urgentes que exigem reflexões e ações educativas consistentes. A degradação dos ecossistemas, o avanço desenfreado do agronegócio e a ampliação das desigualdades sociais revelam a necessidade de repensar o papel da escola na formação de sujeitos críticos e engajados com a transformação da realidade. Para Guimarães (1995), a Educação Ambiental deve ser compreendida como um processo político-pedagógico voltado para a formação de cidadãos conscientes e atuantes na transformação da realidade. Da mesma forma, a Agroecologia, ao ser incorporada ao contexto escolar, pode contribuir para ressignificar os saberes e promover uma educação contextualizada, que respeite os territórios e valorize os conhecimentos tradicionais.

No entanto, a integração entre EA e Agroecologia esbarra em diversos desafios. Além dos seus processos de integração curricular, um importante salientar é a falta de formação específica dos professores para lidar com temáticas interdisciplinares, o que compromete a implementação de propostas pedagógicas efetivas. Segundo Loureiro (2012), a formação docente deve ser vista como um processo contínuo, crítico e emancipador, capaz de articular teoria e prática em prol de uma educação ambiental crítica. Para Freire (1996), educar é um ato político, e a práxis educativa deve possibilitar a leitura crítica do mundo. Quando conseguimos somar a EA com Agroecologia, na verdade integraliza-lás como práticas escolares, as mesmas contribuem para essa leitura, ao abordarem questões como território, soberania alimentar, uso da terra e justiça ambiental. Tais iniciativas favorecem o protagonismo estudantil, o trabalho coletivo e a valorização da cultura local, fazendo com que o estudante olhe além do seu material didático, mas também observe seu espaço e veja em qual possibilidades caminhos eficazes podem ser somados para uma realidade no qual possibilite viver e pensar em harmonia com a natureza. Trazendo a escola um espaço de articulação social e de resistência.

3.5 EDUCAÇÃO QUE FLORESCE: AGROECOLOGIA E CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NA SALA E NO SOLO.

Átraves das experiências que conseguimos enxergar a prática como uma forma emancipadora de conhecimento, sua vivência, experiência e rotina faz com que a Agroecologia seja praticada de maneira palpável ao alunos, uma das experiências que destaco no presente

trabalho é a experiência na qual foi produzido o relato de experiência intitulado “*Escola Viva: Agroecologia e uso de tecnologias sustentáveis como prática pedagógica no ensino de Ciências da Escola Sociólogo Gilberto Freyre, Recife - PE*”.

De acordo com Santana (2020) a experiência é realizada durante o primeiro semestre de 2019, sendo uma experiência educativa significativa na Escola Sociólogo Gilberto Freyre, localizada em Recife (PE), por meio do projeto Escola Viva, vinculado à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Essa iniciativa promoveu ações de extensão voltadas para escolas públicas situadas no entorno do campus sede da universidade, com o objetivo de integrar teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem. As atividades aconteceram semanalmente com turmas do ensino fundamental, utilizando os espaços abertos da escola como ambientes pedagógicos alternativos. Nesses espaços, foram desenvolvidas práticas que valorizavam o contato direto com a natureza e a disseminação de tecnologias sustentáveis, fortalecendo a abordagem da EA e da Agroecologia no contexto escolar.

A experiência foi conduzida por 4 fases, destacando o segundo encontro com os estudantes em que foram realizadas atividades práticas que envolveram a construção e ativação coletiva de canteiros de hortas, além da organização de uma sementeira, de um calendário de rega e da elaboração de placas educativas. Segundo os autores da iniciativa, essas ações tiveram como objetivo central estimular a autonomia dos alunos na gestão da horta escolar, promovendo o engajamento dos mesmos nas etapas de cuidado, planejamento e manutenção do espaço agroecológico.

Segundo Santana (2020) os estudantes já demonstravam algum conhecimento sobre Agroecologia, o que pôde ser percebido em uma das atividades, onde 36% das respostas foram consideradas satisfatórias e 42% regulares, totalizando 78% de respostas válidas. No entanto, apesar dos argumentos apontarem para uma familiaridade com o tema, muitas respostas ainda eram superficiais e com pouca contextualização. Isso reforça a importância de inserir a Agroecologia de forma mais estruturada nas aulas de Educação Ambiental, não apenas como mais uma forma de prática sustentável, mas como um saber integrador que dialoga com resistência, cultura e segurança alimentar. Ampliar o debate sobre Agroecologia nas escolas contribui para a formação de uma consciência crítica e para a valorização de modos de vida mais harmônicos com o meio ambiente, se tornando um conhecimento essencial a ser propagado no contexto educacional.

Figura 3: Experiência da escola, de acordo com os autores.



Fonte: Santana et al (2020).

Essa experiência vivenciada com os estudantes da escola Sociólogo Gilberto Freyre representa a Agroecologia como uma poderosa ferramenta pedagógica dentro da Educação Ambiental. Ainda que não se configure como uma ação plenamente sistematizada no currículo, ela oferece uma oportunidade concreta de vivência, experimentação e reflexão crítica. O simples ato de construir uma horta, organizar um calendário de rega ou produzir placas educativas já proporciona aos estudantes um contato direto com os ciclos da natureza e com os princípios agroecológicos. Embora os resultados não sejam plenamente eficazes em todos os parâmetros seja pelo tempo limitado, pela ausência de continuidade ou pela falta de preparo de parte da equipe docente escolar a iniciativa revela uma possibilidade real de aplicar, na prática, aquilo que muitas vezes se restringe ao plano teórico.

Diante disso, é necessário refletir: se houvesse um planejamento mais contínuo sobre a temática, com ações integradas ao currículo escolar e formação adequada dos professores, os impactos não seriam ainda mais significativos? Será que cursos de formação em Agroecologia e Educação Ambiental, voltados para os docentes, não ampliariam as condições de desenvolver práticas mais profundas, contextualizadas e transformadoras? Inserir essa temática como parte dos procedimentos regulares da escola pode ampliar os horizontes do debate, fortalecer a consciência socioambiental dos estudantes e contribuir para uma educação crítica, sustentável e alinhada com os desafios do nosso tempo.

A experiência traz o intuito de propagar essa proximidade da Agroecologia com o cotidiano escolar, apesar de todas as limitações estruturais e pedagógicas encontradas durante as práticas, ela sinaliza caminhos possíveis. Representa, por exemplo, que uma horta não planta apenas alimentos, mas também sementes de transformação e nos convida a repensar o papel da escola como espaço de formação cidadã, ecológica e comprometida com o futuro coletivo.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e documental, escolhida pela necessidade de compreender as múltiplas dimensões que envolvem a relação entre Educação Ambiental e Agroecologia no contexto escolar (GIL, 2008). Tal opção metodológica justifica-se, pois, conforme destaca Minayo (2015), a pesquisa qualitativa é especialmente eficaz para analisar dinâmicas sociais e experiências subjetivas dos indivíduos, possibilitando uma interpretação mais densa e contextualizada dos fenômenos investigados. Nesse sentido, a oficina realizada, com o intuito de subsidiar a construção dos resultados e discussões, foi desenvolvida na Feira Agroecológica da UFPE/CCSA, integrando teoria e prática em um espaço de vivência e troca de saberes.

O estudo fundamentou-se na análise de documentos oficiais, como a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), além de materiais de referência produzidos por órgãos governamentais e organizações não governamentais vinculadas ao tema. Paralelamente, foram examinadas experiências pedagógicas já implementadas em diferentes contextos escolares, incluindo a prática de docência no estágio supervisionado II, realizada em uma escola do município do Cabo de Santo Agostinho. Somaram-se a essas análises projetos que incorporaram práticas de Agroecologia, investigados a partir de relatos, estudos de caso e artigos publicados, o que possibilitou ampliar a compreensão sobre as potencialidades e desafios de integrar essa temática ao processo educativo.

De acordo com BAR (2017), a utilização da pesquisa documental revela-se uma estratégia relevante para investigar a trajetória histórica das práticas educacionais, especialmente quando articulada a abordagens qualitativas. Nesse mesmo sentido, Alves (1991) aponta que as ações dos sujeitos são influenciadas por suas crenças, valores e visões de mundo, o que torna fundamental considerar esses aspectos para compreender suas práticas e processos formativos. A articulação entre os dados coletados em campo e os registros documentais contribuiu para dar maior consistência à pesquisa, fortalecendo a relação entre a teoria e a realidade.

Os dados foram organizados e analisados por meio de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), buscando identificar categorias temáticas relacionadas aos desafios, potencialidades e estratégias pedagógicas de integração entre Agroecologia e Educação Ambiental.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para analisarmos as dinâmicas ocorridas para base da construção do trabalho, não podemos dispensar a reflexão da afirmação de Morin (2000) quando se coloca que relações entre escola, território e práticas agoecológicas fazem parte de um surpreendente campo fértil de pensamento crítico. As interações no qual o conhecimento sobre EA e Agroecologia podem gerar, é basicamente construir a percepção de romper com o paradigma do sistema dominante hegemônico.

Uma das etapas mais importante de se aprender sobre a Agroecologia é entender suas etapas, no qual envolvem o reconhecimento e a valorização da diversidade, tanto biológica quanto cultural, o fortalecimento de processos coletivos de construção do conhecimento, bem como a integração entre saberes teóricos e práticos. Evidenciando o incentivo da participação ativa dos sujeitos envolvidos, a compreensão da terra e da vida como patrimônios comuns a serem preservados e defendidos. Esses princípios dialogam principalmente com os fundamentos da Educação Ambiental, que propõe uma leitura integrada das relações entre sociedade e natureza, pautada na justiça socioambiental, na formação de sujeitos capazes de intervir conscientemente em seu território. Ou seja, se juntarmos os dois conhecimentos e se trabalhados de maneira conjunta consegue-se propor uma educação transformadora, comprometida com a emancipação social e com a sustentabilidade da vida em todas as suas formas.

Para Freire (1996) existir a prática educativa é conduzir que o diálogo seja também fruto da sua realidade, tornando a vivência uma experiência essencial para a formação dos sujeitos autônomos. Ao instalamos a escola como um espaço de práticas efetivas, se constrói alunos com uma abordagem mais ativa sobre o mundo. Trazer a EA e Agroecologia para esse cotidiano é estar trazendo para os alunos uma base além da teoria, é o mesmos enxergarem na prática a possibilidade de romper com a ideia cartesiana que só propaga até os dias atuais, defendendo apenas a lógica do capital.

Proporcionar práticas com eixos estruturantes de processo educativo, é conduzir para uma vivência concreta para estar na sua realidade e ir além dela. Para Reigota (2009), a EA deve romper com a ideia construída de um ensino apenas conservacionista, se portando como uma aprendizagem crítica e investigativa das relações entre sociedade e natureza.

Ter essa vivência também em formações de professores se torna essencial, pois a mesmas trazem uma forma de pensar além do ensino paradigmático que a universidade muitas vezes oferece. Conduzir e fazer parte de experiências no qual forme um docente, nos caminhos

de escuta ativa das suas experiências em contato com a natureza, seus ensinamentos ancestrais, tudo isso são ensinamentos que a Agroecologia nos coloca. Uma das experiências na qual exemplifico é uma disciplina de Agroecologia oferecido pelo curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que também oferta a disciplina sobre Educação Ambiental. Apesar de existir essas ofertas ainda há dificuldade de consolidar práticas educativas que transcendam o discurso hegemônico. A ideia de Desenvolvimento citada pela autora Vandava Shiva (2003), evidencia essa contradição, visto que para se des-envolver, é preciso tirar o envolvimento com a natureza. Assim, as lutas e resistências se tornaram cada vez mais intensas nesse embate com o modelo hegemônico.

Uma das práticas apresentadas aqui neste trabalho foi ofertada pela disciplina de Agroecologia, onde me encontrava como como monitora da disciplina durante o ano de 2022. A prática foi uma oficina de compostagem, em que os discentes refletiram sobre alimentação, os desafios da vida moderna, bem como aprenderam a transformar o lixo em alimento orgânico para o solo através do composto orgânico produzido pelos estudantes: um adubo agroecológico, que poderá ser utilizado para a produção de verduras e hortaliças no quintal de casa, ou nos vasos de plantas em casas ou apartamentos com áreas mais restritas.

As oficinas ocorreram na Feira Agroecológica da UFPE/CCSA (conforme figura 03) que acontece por meio da organização da Associação dos Pequenos Produtores Agroecológicos e Moradores do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos (ASSIM), que está localizada em Lagoa de Itaenga Mata Norte de Pernambuco. Outro grupo participante da feira é o Centro de Saúde Alternativa da Muribeca (CESAM), formado, em maior parte, por mulheres, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes, no bairro da Muribeca. O CESAM trabalha com fitoterápicos (pomada, multi-mistura, xarope e ervas derivados da agricultura orgânica) e é parte do Centro Nordestino de Medicina Popular. Eles possuem sua própria horta, na qual cultivam as plantas medicinais e da onde colhem para a produção dos fitoterápicos.

Figura 4: Feira Agroecológica UFPE/CCSA.



Fonte: Autora (2022)

Foram mostrados todos os passos desde a separação em casa das sobras de alimentos e coleta dos materiais, preparação em caixas para o processo de decomposição até o resultado final: a terra orgânica e o chorume (conforme figura 04). Refletiu-se sobre a importância do uso desse material orgânico modificando o solo, melhorando sua composição, entendendo como solo vivo, com qualidades físico-químicas-biológicas. Assim, problematiza-se o o uso de insumos químicos (agrotóxicos e fertilizantes). Por meio da prática entende-se a substituição do modelo agroquímico, trazendo de volta a nossa relação com a natureza, e uma terra viva (composto orgânico) com potencial em forma de adubo orgânico.

Figura 5: Cortando os alimentos para a formação da composteira.



Fonte: Autora (2022).

Por meio das práticas de oficinas de compostagem, possibilitou-se entender com estudantes de graduação a importância e dar visibilidade as práticas tão comuns que acontecem no campo, onde a conexão com a natureza é parte das práticas agrárias. Na rotina do urbano, simplesmente o sistema hegemônico critica e nos coloca como apartados da natureza, como opostos, rotulando como práticas atrasadas e como um sistema arcaico.

São essas experiências que possibilitam não apenas o resgate de saberes tradicionais, muitas vezes invisibilizados pelo discurso hegemônico, mas também a construção de uma Educação Ambiental crítica na formação inicial de professores. Ao vivenciarem práticas como a compostagem, os futuros docentes são convidados a repensar as relações entre ser humano e natureza, desconstruindo a ideia de separação entre cultura e ambiente tão presente nas lógicas urbanas e modernas.

A existência de práticas como a compostagem nos traz a reflexão de como a ancestralidade abarcava práticas de convivência com a natureza e como se faz necessária respeitar os conhecimentos ancestrais para estarmos em contínua transformação e relação com a vida. Shiva (2003) afirma que além de tornar o saber local como invisível, o sistema dominante agroquímico de produção invisibiliza e sufoca a agricultura familiar camponesa.

Outra experiência significativa ao longo da formação foi a construção e aplicação de um plano de aula na disciplina de Estágio Supervisionado III, durante o curso de Licenciatura em Geografia. Por atuar com o 2º ano do Ensino Médio, os mesmos estavam abordando sobre a competência geral 3 da BNCC, que propõe o exercício da capacidade de compreender, analisar e intervir na realidade, levando em conta diferentes áreas de conhecimento, cultura e meio ambiente.

Essa escolha permitiu inserir, ainda que de maneira introdutória, a concepção sobre Agroecologia como tema articulador de saberes que podem estar presentes no Ensino Médio. Pensar a Agroecologia como conteúdo, método e prática pedagógica exigiu refletir sobre como construir atividades que dialogassem com o cotidiano dos estudantes e que, ao mesmo tempo, estimulassem o pensamento complexo e integrado, para seguir as competências e continuar o que já estava sendo proposto. Nesse sentido foi feita a articulação com um plano de aula (figura 05) em que se seguiu toda uma linha introdutória sobre o meio rural, a questão econômica invasiva ao uso da natureza, até chegar ao ponto de colocar a Agroecologia como uma forma de solução das múltiplas crises da sociedade.

Figura 6: Modelo do plano de aula aplicado a turma do 2º ano do Ensino Médio.



UNIVERSIDADE
FEDERAL
DE PERNAMBUCO

SEQUÊNCIA DIDÁTICA – ESTÁGIO DE REGÊNCIA

NÍVEL:	Ensino Médio	ANO LETIVO:	2024
CURSO:	2º Ano	TURMA:	ESCOLA ETE EPITACIO PESSOA- turmas A e B
DISCIPLINA:	Geografia	ESTAGIARIA:	Thayane Cristina da Silva

UNIDADE TEMÁTICA/ OBJETOS DO CONHECIMENTO (BNCC):

Povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais.

TÍTULO:

Impactos das Cadeias Produtivas: Economia, Meio Ambiente e Comunidades Locais

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS-BNCC:

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3 DA BNCC: Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

HABILIDADES- BNCC:

(EM13CHS302) Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais de cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias em diferentes ambientes e escalas de análise, considerando o modo de vida das populações locais – entre elas as indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais –, suas práticas agroextrativistas e o compromisso com a sustentabilidade.

CONTEÚDO (Baseado na bibliografia principal)

CAPITULO 5- Territórios Tradicionais, Indígenas e Quilombolas

- 5.1 Direito à terra, direito a vida
- 5.2 Uma dívida histórica
- 5.3 Diferentes formas de demarcação

CAPITULO 6- As dinâmicas do território brasileiro

- 6.1 Formação do território
- 6.2 Um território em disputa

6.3 O território amazônico

CRONOGRAMA PLANEJADO

- Dia 1: 23/08 (sexta-feira) – 2 aulas
- Dia 2: 26/08 (segunda-feira) – 2 aulas
- Dia 3: 30/08 (sexta-feira) – 2 aulas
- Dia 4: 02/09 (segunda-feira) – 2 aulas
- Dia 5: 06/09 (sexta-feira) – 2 aulas

OBJETIVO GERAL

Analisar e avaliar criticamente os impactos econômicos e socioambientais das cadeias produtivas ligadas à exploração de recursos naturais e às atividades agropecuárias, considerando as comunidades locais, suas práticas e o compromisso com a sustentabilidade.

AULA 1: Introdução e Análise dos Impactos

Data e quantidade de aulas: 23/08 (2 aulas)

Objetivo: Compreender como as cadeias produtivas afetam a economia e o meio ambiente.

Descrição da regência:

1. Introdução (30 minutos)

- Apresentação do tema e objetivos da aula.
- Discussão breve sobre o conceito de cadeias produtivas e suas etapas.

2. Atividade de Pesquisa (30 minutos)

- Divida a turma em grupos e atribua a cada grupo um tipo de cadeia produtiva para pesquisar (ex.: mineração, pecuária, agricultura intensiva).
- Cada grupo deve investigar os impactos econômicos e socioambientais relacionados à sua cadeia produtiva.

3. Discussão em Sala (40 minutos)

- Cada grupo apresenta os principais resultados de sua pesquisa, destacando impactos econômicos e socioambientais.
- Discussão guiada sobre os efeitos gerais das cadeias produtivas, com foco em como essas atividades afetam o meio ambiente e a economia local.

AULA 2: Introdução às Cadeias Produtivas e Seus Impactos

Data e quantidade de aulas: 26/08 (2 aulas)

Objetivo: Introduzir os conceitos de cadeias produtivas, suas etapas e os impactos econômicos e socioambientais associados a essas cadeias. Fornece uma base para análise crítica das cadeias produtivas nas aulas seguintes.

1. Definir o conceito de cadeia produtiva e identificar suas principais etapas.
2. Analisar os impactos econômicos e socioambientais das cadeias produtivas.
3. Estabelecer uma base para a análise crítica de casos específicos nas próximas aulas.

Descrição da regência:

1. Introdução ao Tema (30 minutos)

• **Apresentação Conceitual:**

- a. Definição de cadeia produtiva: uma sequência de etapas que inclui a produção, transformação, distribuição e consumo de um produto.
- b. Explicar as principais etapas de uma cadeia produtiva (extração, produção, processamento, distribuição, consumo e descarte).

• **Exemplos Práticos:**

Apresentar exemplos de cadeias produtivas comuns, como a cadeia do café, do petróleo ou da moda.

2. Exploração dos Impactos Econômicos (30 minutos)

• **Discussão Guiada:**

- a. Impactos econômicos positivos: geração de empregos, crescimento econômico, desenvolvimento regional.
- b. Impactos econômicos negativos: desigualdade econômica, exploração do trabalho, efeitos sobre pequenas empresas e comunidades locais.

3. Atividade de Grupo: (20 minutos)

Dividir a turma em grupos e atribuir a cada grupo uma cadeia produtiva específica. Pedir que cada grupo identifique e discuta os impactos econômicos associados à sua cadeia produtiva.

4. Análise dos Impactos Socioambientais (20 minutos)

• **Discussão Guiada:**

- a. Impactos ambientais: poluição, degradação dos recursos naturais, perda de biodiversidade.
- b. Impactos sociais: deslocamento de comunidades, mudanças culturais, impactos na saúde das populações.

AULA 3: Impactos nas Comunidades Tradicionais e Sustentabilidade

Data e quantidade de aulas: 30/08 (2 aulas)

Objetivo: Identificar e analisar os impactos dessas atividades nas comunidades tradicionais, incluindo indígenas e quilombolas.

Descrição da regência:

1. Análise dos Impactos nas Comunidades Tradicionais (30 minutos)

- Apresente casos de estudos sobre o impacto das cadeias produtivas em comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc.).
- Discussão sobre as práticas agroextrativistas dessas comunidades e como elas contribuem para a sustentabilidade.

2. Atividade em Grupos (30 minutos)

- Proponha aos alunos a criação de um projeto ou proposta que busque alternativas sustentáveis para uma cadeia produtiva específica.
- Cada grupo deve considerar os impactos econômicos e socioambientais e propor soluções que respeitem e integrem as práticas das comunidades tradicionais.

3. Apresentações e Reflexão (40 minutos)

- Os grupos apresentam suas propostas para a turma.

Discussão final sobre a importância da integração das práticas tradicionais e das alternativas sustentáveis nas cadeias produtivas.

AULA 4: Análise Crítica dos Impactos e Desenvolvimento de Soluções

Data e quantidade de aulas: 02/09 (2 aulas)

Objetivo: Desenvolver habilidades de análise crítica sobre os impactos econômicos e socioambientais das cadeias produtivas e iniciar o desenvolvimento de soluções sustentáveis para mitigar esses impactos.

Descrição da regência:

1. Introdução ao Tema (30 minutos)

- Análise crítica dos impactos econômicos e socioambientais.
- Identificação de desafios e oportunidades para soluções sustentáveis.
- Desenvolvimento inicial de propostas de intervenção.

2. Revisão e Reflexão (30 minutos)

• Revisão dos Impactos:

Relembrar os principais impactos econômicos e socioambientais discutidos nas aulas anteriores.

• Reflexão Crítica:

Discutir como esses impactos afetam diferentes aspectos das cadeias produtivas e as comunidades locais.

3. Desenvolvimento de Soluções Sustentáveis (30 minutos)

• Introdução às Soluções Sustentáveis:

Apresentar exemplos de soluções e práticas sustentáveis que podem ser aplicadas para mitigar os impactos das cadeias produtivas (ex.: práticas agroecológicas, tecnologias limpas, políticas de responsabilidade social corporativa).

4. Momento aberto para dúvidas e debates (10 minutos)

AULA 5: Aplicações Práticas e Soluções Sustentáveis

Data e quantidade de aulas: 06/09 (2 aulas)

Objetivo: Ressaltar como exemplo a agroecologia como uma abordagem sustentável para a produção agrícola, analisando seus benefícios para o meio ambiente, a economia e as comunidades tradicionais, e desenvolvendo propostas práticas para a implementação de práticas agroecológicas no campo.

Descrição da regência:

1. Introdução à Agroecologia (20 minutos)

- Apresentar os princípios fundamentais da agroecologia, incluindo a integração de práticas agrícolas com o meio ambiente e a promoção da biodiversidade.
- Discutir as diferenças entre práticas agroecológicas e convencionais, destacando os

<p>benefícios para a saúde do solo, a redução de impactos ambientais e o fortalecimento das economias locais.</p> <p>2. Atividade em Grupos (25 minutos)</p> <p>Dividir grupos com os seguintes temas e propor uma troca de diálogo sobre suas pesquisas e reflexões:</p> <p>Grupo 1: Princípios e práticas da agroecologia.</p> <p>Grupo 2: Benefícios da agroecologia para o meio ambiente e a economia.</p> <p>Grupo 3: Casos de sucesso e práticas agroecológicas em comunidades tradicionais.</p> <p>Grupo 4: Desenvolvimento de propostas para a implementação da agroecologia.</p> <p>3. Expor apresentação (40 minutos)</p> <p>Cada grupo irá ter 10 minutos de apresentação sobre o seu tema</p> <p>4. Conclusão da aula (15 minutos)</p> <p>Fazer uma revisão de tudo que foi abordado durante às 3 semanas, deixar o espaço aberto para diálogo e opiniões dos alunos sobre a dinâmica da aula.</p>
RECURSOS DIDÁTICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Quadro branco, piloto e apagador; • Conexão à internet; • Notebook e projetor.
PROPOSTA DE ATIVIDADE / AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA
<ul style="list-style-type: none"> • Participação e colaboração nas atividades de grupo. • Qualidade das apresentações e propostas finais. • Reflexão crítica demonstrada nas discussões e nas atividades.
REFERÊNCIAS
<p>DANTAS, J.; FREITAS, C. <i>Módulos para o Novo Ensino Médio: Territórios e Fronteiras</i>. São Paulo: Editora Moderna, 2018.</p> <p>LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. <i>Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável</i>, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.</p> <p>MENDONÇA, Marcelo. <i>Agroecologia: práticas e saberes</i>. Goiás, Catalão: Gráfica Modelo, 2012.</p>

Fonte: Autora (2024).

A interação entre a turma em que foi conduzida a regência foi notável, promovendo um aprendizado colaborativo. As informações trazidas principalmente com a utilização dos recursos visuais, facilitava a troca de conhecimentos e de experiências. Os alunos se mostraram mais motivados ao verem a aplicação dos conceitos na realidade. Essa experiência ressaltou a

importância de métodos de ensino que valorizem a contextualização e a inclusão, evidenciando que a Geografia, Educação Ambiental e Agroecologia vai além da sala de aula, conectando teoria e vivência do dia a dia.

Assim, a experiência de aplicação e diversificação que a BNCC propõe na competência, não apenas cumpriu sua função formativa, mas também se consolidou como espaço de experimentação e questionamentos na formação de professores que consigam ir além da lógica conteudista e que vejam na agroecologia uma ferramenta para pensar na transformação social. Diante disso, é através do respeito com a natureza, conhecimentos e ancestralidade que conseguimos ter uma percepção do que realmente a Agroecologia busca proporcionar para a sociedade. Apesar das dificuldades de consolidar práticas educativas que ultrapassem os limites impostos pela lógica dominante, é justamente na experiência, no fazer e no refletir coletivo que se abrem caminhos para uma educação transformadora e comprometida com a vida.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho surgiu da inquietação diante da contínua exploração e das múltiplas crises sanitárias, econômicas e sociais que acontecem como reflexos dessas explorações. Visíveis, principalmente diante de uma educação onde consiste aprender sobre a Educação Ambiental de uma maneira linear, entretanto, o trabalho executado por essa pesquisa permite mostrar uma concepção de educação continuada sobre a natureza, aprendizados que surgem como respostas para as consequências do sistema dominante atual que geram condições de vulnerabilidade em grande parte da população mundial.

A produção dessa pesquisa teve como objetivo analisar as possibilidades e os desafios da inserção da Agroecologia como prática pedagógica no contexto da Educação Ambiental nas escolas, tendo como horizonte a formação de uma consciência socioambiental transformadora. A partir de revisão teórica, da análise de documentos oficiais como a BNCC e da vivência prática por meio de oficinas, práticas de regência, foi possível compreender que tanto a Educação Ambiental quanto a Agroecologia compartilham princípios essenciais para uma educação voltada à emancipação, à justiça ambiental e à valorização dos saberes territoriais e coletivos.

A pesquisa evidenciou que o diálogo entre teoria e prática é um elemento fundamental para que Agroecologia se consolide como estratégia educativa. Práticas como a compostagem, a construção de hortas escolares permite não apenas a vivência concreta de conteúdos

curriculares, mas também o fortalecimento do vínculo entre escola, território e natureza. No entanto, também se destacaram desafios significativos, como a ausência de formação continuada para os docentes, a fragmentação dos currículos escolares, a escassez de recursos e a persistência de uma lógica pedagógica ainda presa a modelos conteudistas e descontextualizados.

Pensar em construir caminhos no qual proporcione práticas educativas que valorizem o cotidiano, as experiências e conhecimentos empíricos de cada um, faz com que a escola se torne espaços de reconhecimento e pertencimento dentro da sociedade. Construir um currículo no qual faça a Educação Ambiental ser rotina dos estudantes, é construir possibilidades para uma nova geração que consiga fazer uma reparação há toda degradação no qual a natureza já vem sofrendo nessas últimas décadas. Embora a consolidação de uma pedagogia Agroecológica ainda enfrente obstáculos, ela representa uma possibilidade concreta e necessária para ressignificar a Educação Ambiental no ambiente escolar. Trazer a Agroecologia como conhecimento transversal é amplificar a leitura crítica do mundo.

Pensar em uma Educação Ambiental apenas com conceitos teóricos, afastados da prática reduz sua complexidade e ofusca de fato os conflitos políticos socioambientais que essa temática aborda. Induzindo uma não compreensão da verdadeira face que o assunto aborda, limitando o aluno a não ter uma visão crítica, comprometida e participativa na sociedade.

A agroecologia vem conquistando espaço dentro das instituições de ensino de diferentes formas, seja na inclusão em disciplinas de graduação, na mobilização de coletivos estudantis, na criação de núcleos de estudo ou em projetos de pesquisa e extensão. Apesar desses avanços, ainda é evidente que há um longo percurso a ser trilhado para que essas práticas sejam de fato consolidadas e aplicadas de maneira ampla e consistente. Mas reconhecemos a longa jornada que persiste para esse caminho, ser de fato bem consolidado e aplicado.

Trabalhar a Agroecologia como prática escolar possibilita reunir conhecimentos voltados para questões essenciais da sociedade contemporânea e estabelece diálogos com diferentes áreas do saber, configurando-se como uma ciência de caráter interdisciplinar e com grande potencial para promover transformações socioambientais. Por isso, sua presença no cotidiano dos estudantes da educação básica no Brasil se mostra essencial.

As experiências agroecológicas permitem compreender a Agroecologia de forma ampla e diversificada, integrando múltiplos saberes, diferentes culturas e valorizando as diversas racionalidades presentes nesse campo. Além de corresponder como respostas para as múltiplas crises que estão incluso dentro no sistema dominante. Por sua vez, a Agroecologia se apresenta como uma alternativa para enfrentar a crise ambiental, originada pela relação desequilibrada

entre sociedade e natureza. Por meio do estudo dos agroecossistemas e do diálogo com diferentes áreas do conhecimento, ela possibilita uma reflexão crítica sobre o capitalismo e a agricultura industrial, apontando caminhos para mudanças econômicas e estruturais em direção a modelos mais sustentáveis.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. **A escola com que sempre sonhei, sem imaginar que pudesse existir**. Campinas: Papyrus, 1991.

ALTIERI, M. **Agroecologia**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1999.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GUIAR, M. V. A; SILVA, J. L. F; VASCONCELOS, J. N; SILVA, G. O. O Bacharelado em Agroecologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco: avanços e limites de uma proposta em curso. **Anais do III Seminário Nacional de Educação em Agroecologia - Construindo caminhos para o fortalecimento dos territórios de Bem Viver**, v. 18, n. 1, 2023, Castanhal, PA.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o

desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 abr. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf. Acesso em: 11 ago. 2025.

BASILIO, Milena Lins. **EJA e BNCC: o que dizem os documentos curriculares de Pernambuco?** 2024. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2024.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: Enfoque científico e estratégico**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2009.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. Campinas, São Paulo, Papirus, 1995.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental: da compreensão da crise à crítica da educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

GRISA, Catia; ROZENDO, Cimone; GOMES, Ramonildes; ZIMMERMANN, Silvia. Sistemas agroalimentares contemporâneos: dinâmicas, perspectivas e desafios. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, p. 159–163, 2021.

HARVEY, David. **Espaço e lugar: a perspectiva marxista**. São Paulo: Annablume, 2006.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras,

2019.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 36-51, jan.-mar. 2002.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Formação de professores para a educação ambiental: uma proposta crítica e emancipatória. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 45-60, 2012.

MELO, Emely C. S. **Agroecologia e ecologia de saberes desconstruindo o projeto colonial da agricultura brasileira: a zona da mata pernambucana é resistência**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

MENEZES, A. C. S.; REIS, E. S.; SILVA, F. L. Campos experimentais no currículo do ensino médio, em áreas de assentamentos no semiárido. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 1–12, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58079>.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

PRIMAVESI, Ana Maria. **A convenção dos ventos: agroecologia em contos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. 168 p. ISBN 978-85-7743-273-8.

REIGOTA, Marcos. **Educação ambiental: os múltiplos sentidos da educação ambiental**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense,

2009. (Coleção Primeiros Passos; 292).

SANTANA, Adsson; MACEDO, Leonardo Veiga; SOARES, Alesson; DANTAS, Danilo; LINS-E-SILVA, Ana Carolina. Escola Viva: agroecologia e uso de tecnologias sustentáveis como prática pedagógica no ensino de Ciências da Escola Sociólogo Gilberto Freyre, Recife - PE. **Cadernos de Agroecologia**, São Cristóvão, v. 15, n. 2, 2020. Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1978.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gala, 2003.

SOUSA, R. P. Agroecologia e educação do campo: desafios da institucionalização no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 140, p. 631–648, 2017.

TOLEDO, Víctor Manuel. A agroecologia é uma revolução epistemológica. **Agriculturas**, v. 13, n. 1, 2016.

VIEIRA, D. D.; PACHECO, C. S. G. R.; FLORENCIO, R. R.; SANTOS, M. H. L. C. Teaching agroecology in basic education: integrative review. **Cenas Educacionais**, v. 7, e18696, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13772662>.

VIRGENS, R. A. **A educação ambiental no ambiente escolar**. 2011. Monografia (Graduação em Educação) – Consórcio Setentrional de Educação a Distância, Universidade de Brasília e Universidade Estadual de Goiás, Brasília, DF, 2011.

ZANETTE, M. S. Pesquisa qualitativa no contexto da Educação no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 149-166, jul./set. 2017.